

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026
PROCESSO Nº 111/2025**

O MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Avenida Getúlio Vargas, nº 67 – Centro, Mongaguá/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.578.506/0001-83, neste ato representado pela Senhora Secretária Municipal de Saúde Sra. Luciana Ticianeli Piva, CPF: Nº 286.810.878-43, e, de outro lado, a empresa ILG COMERCIAL LTDA, com sede a Rua Itacolomi, nº 377, no bairro La Salle, na cidade Pato Branco, no estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 20.657.155/0001-02, neste ato representado por seu Sócio Administrador Sr. Adolfo Frederico Grams, portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº 3.088.369-1, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – (CPF/MF) nº 025.663.419-07, doravante denominada DETENTORA, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **Aquisição de medicamentos para a rede municipal de saúde**, a fim de saciar a demanda apresentada pelos diferentes equipamentos de saúde do município, pelo período de 01 (um) ano, conforme especificado no **Termo de Referência, Anexo** do Pregão Eletrônico nº 000/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados a partir da assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A entrega do medicamento deverá ocorrer após 10 (dez) dias úteis após o recebimento do pedido de fornecimento, encaminhado pelo departamento de compras, atendendo a todos os requisitos técnicos para a

comercialização dos medicamentos de que trata este processo de aquisição.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Local de entrega: Os medicamentos deverão ser entregues no almoxarifado da saúde na farmácia central, sito a avenida são paulo, nº 3570, bairro vera cruz- Mongaguá/SP.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas, deverá atender as condições estabelecidas nesta Ata e Termo de Referência, e será recebido, no endereço citado na Ordem de Fornecimento, acompanhado das respectivas notas fiscais/faturas.

PARÁGRAFO QUARTO – O Município rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento e/ou serviço executado em desacordo com as normas contidas neste termo, devendo ser substituído num prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas e sem prejuízo de aplicação das penalidades;

PARÁGRAFO QUINTO – A aceitação dos serviços não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA com relação às especificações divergentes.

PARÁGRAFO SEXTO – O recebimento ou aprovação dos produtos pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Deverá constar na embalagem nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor, procedência, número do lote, prazo de validade, número do Registro no Ministério de Saúde/ANVISA.

PARÁGRAFO OITAVO – O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

PARÁGRAFO NONO – Serão recusados os medicamentos:

a) Considerados imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

b) Suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação, com risco comprovado à saúde, respondendo os responsáveis por infração prevista na Lei Federal n.º 6.437/1977 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei;

c) Que não contenham, no ato da entrega, no mínimo, 70% (setenta por cento) do seu respectivo prazo de validade, contados da data de fabricação.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE 18 – COTA PRINCIPAL						
Item	Descrição	Unid	Qtd.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
338	Sinvastatina 10mg Cada comprimido contém 10mg da substância sinvastatina, blister identificado com número de lote e data de validade.	CPR	120000	BALDACCI	R\$ 0,061	R\$ 7.320,00
339	Sinvastatina 20mg Cada comprimido contém 20mg da substância sinvastatina, blister identificado com número de lote e data de validade.	CPR	660000	BALDACCI	R\$ 0,075	R\$ 49.500,00
340	Sinvastatina 40mg Cada comprimido contém 40mg da substância sinvastatina, blister identificado com número de lote e data de validade.	CPR	180000	BALDACCI	R\$ 0,117	R\$ 21.060,00

Valor total de R\$ 77.880,00 (setenta e sete mil, oitocentos e oitenta reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Após entrega dos medicamentos solicitados, conferência e aceite pela Farmácia Central, as notas fiscais correspondentes aos pedidos serão encaminhadas para pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO – A Contratante pagará a Contratada com base no fornecimento dos medicamentos, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal Eletrônica, que será devidamente atestada pelo Setor responsável, caso haja a aceitabilidade dos itens.

PARÁGRAFO QUINTO – O pagamento decorrente do fornecimento dos medicamentos será realizado por transferência bancária, após a emissão e

apresentação da nota fiscal em até 30 (trinta) dias, juntamente com a apresentação das Certidões de Regularidade Fiscal (Tributos Federais, FGTS e Trabalhista).

PARÁGRAFO SEXTO – Quando for constatada qualquer irregularidade na nota fiscal/fatura, será imediatamente solicitada à CONTRATADA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para a Tesouraria no prazo de 2 (dois) dias e no caso da não apresentação da carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas a CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.

PARÁGRAFO OITAVO – Caso o dia do pagamento coincida com sábados, domingos, feriados, ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

PARÁGRAFO NONO – A Prefeitura Municipal de Mongaguá poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRPF, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, conforme o art. 25 inciso III do Decreto nº 11.462 de 2023.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com o Decreto nº 11.462 de 2023 e a Lei nº 14.133/2021. Cabe ao FORNECEDOR apresentar documentos que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando falência a econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções

coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO – O reajuste será realizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO QUINTO – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO SEXTO – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso;

PARÁGRAFO SÉTIMO – Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, juntando o respectivos memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

PARÁGRAFO NONO – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

PARÁGRAFO QUARTO – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou

entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO QUINTO – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEXTO – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador da Ata a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

PARÁGRAFO OITAVO – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos da cláusula oitava, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

PARÁGRAFO NONO – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto parágrafos sexto e sétimo, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



- c) Não aceitar manter seu preço registrado;
- d) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticado no mercado
- e) Incorrer em inexecução total ou parcial da Ata decorrente do registro de preços
- f) Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços
- g) O cancelamento do registro de preços por parte da administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente
- h) O cancelamento de registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima segunda deste instrumento.
- i) Da decisão da autoridade competente se dera conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento
- j) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação
- k) A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da administração.
- l) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



PARÁGRAFO TERCEIRO – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no parágrafo primeiro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador da ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do CONTRATANTE, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Como disposto pelo Decreto Municipal 7.639, de 22 de janeiro de 2024 no qual regulamenta as atividades e os procedimentos administrativos de gestão e fiscalização de contratos e atas firmados pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e dá outras providências.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Gestor da Ata será o Sr. José Roberto da Silva Jardim ocupante do cargo de Coordenador da Urgência e Emergência.

PARÁGRAFO QUARTO – O Fiscal Técnico da Ata será o Sr. Bruno Leonardo de Abreu ocupante do cargo de Farmacêutico/Coordenador da Assistência Farmacêutica.

PARÁGRAFO QUINTO – Compete ao Gestor da Ata o exercício das atribuições descritas nas Seções I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do artigo 21 do Decreto Municipal 7.639, de 22 de janeiro de 2024.

PARÁGRAFO SEXTO – Compete ao Fiscal da Ata o exercício das atribuições descritas nas Seções I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do artigo 22 do Decreto Municipal 7.639, de 22 de janeiro de 2024.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a



responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 120 da lei 14.133/21).

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhada de devida nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os objetos com avarias ou defeitos.

PARÁGRAFO QUARTO – Os medicamentos somente serão considerados aceitos após conferência e aprovação pelo almoxarifado da farmácia central, ficando sujeito a substituição desde que comprovada preexistência de defeitos, a má fé do fornecedor ou as condições de transporte embalagens que comprometam a integridade do produto.

PARÁGRAFO QUINTO – Os medicamentos deverão ser acondicionados em sua embalagem original fechado e atender plenamente à descrição e características constantes no presente Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEXTO – A entrega dos medicamentos deverá ser realizada pela contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a contratante.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Arcar com todas as despesas de pagamentos de seguros, tributos, fretes, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária e criminal, acaso devidos em decorrência da execução do objeto.

PARÁGRAFO OITAVO – Comunicar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

PARÁGRAFO NONO – Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Atender prontamente a quaisquer exigências do Órgão Gerenciador inerentes à manutenção da regular execução do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO – A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte (de acordo com as normas sanitárias vigentes) dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento; e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com a Ata e Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Permitir acesso dos funcionários da CONTRATADA ao local determinado para entrega.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO QUARTO – Notificar a Contratada, por escrito, sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto; sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

PARÁGRAFO QUINTO – Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata e o cumprimento das obrigações pela Contratada.

PARÁGRAFO SEXTO – Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e na Ata de Registro de Preços, conforme Cláusula Décima Primeira – Das Penalidades.

PARÁGRAFO OITAVO – Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada.

PARÁGRAFO NONO – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital, conforme art. 155 da Lei 14.133 de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As sanções se aplicam aos integrantes do registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I – advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO QUARTO – Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO QUINTO – A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEXTO – A sanção prevista da multa, calculada na forma do edital ou da Ata, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou

contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

PARÁGRAFO OITAVO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

PARÁGRAFO NONO – As sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A aplicação das sanções advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas cláusula oitava, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A respectiva despesa decorrente da presente prestação de serviço, correrá na seguinte Dotação Orçamentária:

Setor	Dotação
-------	---------

Saúde 02.09.00/10.301.0009.2033/3.3.90.30.00

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o Juízo da Comarca de MONGAGUÁ – Estado de São Paulo, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante desta Ata de Registro de Preços, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente, por si e seus sucessores, para todos os fins de direito.

Mongaguá, 14 de maio de 2.026.

LUCIANA
TICIANELI
PIVA:28681087843

Assinado de forma digital
por LUCIANA TICIANELI
PIVA:28681087843
Dados: 2026.05.15 17:11:57
-03'00'

Contratante
Prefeitura Municipal de Mongaguá
Luciana Ticianeli Piva
Secretária Municipal de Saúde
CPF: 286.810.878-43

ADOLFO
FREDERICO
GRAMS:0256634
1907

Assinado digitalmente por ADOLFO
FREDERICO GRAMS:02566341907
ND: C=BR, CN=ADOLFO FREDERICO
GRAMS:02566341907, O=ICP-Brasil,
OU=AC SyngularID Multiple
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

ILG COMERCIAL LTDA
CNPJ nº.: 20.657.155/0001-02
Adolfo Frederico Grams
Cargo: Administrador
CPF: 025.663.419-07 e RG: 3.088.369-1

Testemunhas:

1.

2.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2026 – REGISTRO DE PREÇOS
Processo Administrativo nº 111/2025
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Contratante: Prefeitura Municipal de Mongaguá

Contratado: ILG COMERCIAL LTDA

Ata de Registro de Preços de Origem nº 031/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a **Aquisição de medicamentos para a rede municipal de saúde**, a fim de saciar a demanda apresentada pelos diferentes equipamentos de saúde do município, pelo período de 01 (um) ano, conforme especificado no **Termo de Referência, Anexo** do Pregão Eletrônico nº 005/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transição

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Mongaguá, 14 de maio de 2026

PREFEITURA DA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ

Luciana Ticianeli Piva
Secretária Municipal de Saúde
CPF. nº 286.810.878-43

Responsáveis pela homologação do Certame

Luciana Ticianeli Piva
Secretária Municipal de Saúde
CPF. nº 286.810.878-43
Assinatura: _____

LUCIANA
TICIANELI
PIVA:28681087843

Assinado de forma digital
por LUCIANA TICIANELI
PIVA:28681087843
Dados: 2026.05.15
17:06:12 -03'00'

Responsáveis que Assinaram o Ajuste:

PELO CONTRATANTE:

Luciana Ticianeli Piva
Secretária Municipal de Saúde
CPF. nº 286.810.878-43
Assinatura: _____

LUCIANA
TICIANELI
PIVA:286810878
43

Assinado de forma digital
por LUCIANA TICIANELI
PIVA:28681087843
Dados: 2026.05.15
17:06:29 -03'00'

PELA CONTRATADA:

Adolfo Frederico Grams
Administrador
Representante Legal
CPF. nº 025.663.419-07
Assinatura: _____

ADOLFO
FREDERICO
GRAMS:02566
341907

Assinado digitalmente por ADOLFO
FREDERICO GRAMS:02566341907
ND: C=BR, CN=ADOLFO
FREDERICO GRAMS:02566341907,
O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID
Multiple
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

ORDENADOR DE DESPESAS:

Luciana Ticianeli Piva
Secretária Municipal de Saúde
CPF. nº 286.810.878-43
Assinatura: _____

LUCIANA
TICIANELI
PIVA:28681087843

Assinado de forma digital
por LUCIANA TICIANELI
PIVA:28681087843
Dados: 2026.05.15
17:06:45 -03'00'

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.